

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FERNANDA PIVATO TUSSI

**A Representação do Feminino no Cenário Político Brasileiro Contemporâneo:
Mulheres e a Presidência da República**

Orientadora: Rosimeri Aquino da Silva

JULHO
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FERNANDA PIVATO TUSSI

**A Representação do Feminino no Cenário Político Brasileiro Contemporâneo:
Mulheres e a Presidência da República**

Trabalho de Conclusão de curso de graduação
com vistas à obtenção do grau de Licenciada
em Ciências Sociais

Professora orientadora: Rosimeri Aquino da Silva

Departamento de Ensino e Currículo – Faculdade de Educação / UFRGS

Professora avaliadora: Celia Elizabete Caregnato

Departamento de Ensino e Currículo – Faculdade de Educação / UFRGS

JULHO

2017

RESUMO

A repercussão em torno das temáticas de relações de gênero e sexualidade tem adquirido uma gradativa mudança de perspectiva nas últimas décadas, assumindo uma centralidade nos campos da educação. Tendo em vista a realidade atual acerca destas questões nas escolas, este Trabalho de Conclusão de Licenciatura tem como objetivo a lançar alguns elementos descritivos para uma breve discussão sobre como tem sido a repercussão entre os/as jovens sobre as imagens de algumas mulheres públicas relacionadas à Presidência da República. Através de dados empíricos coletados nas experiências de estágio docente de sociologia e de oficinas, além de questionários e observações do ambiente escolar em uma escola estadual de ensino médio de Porto Alegre, buscou-se discutir os entendimentos elaborados pelos/as alunos/as sobre a imagem da mulher pública no âmbito da política. Procurou-se lançar questionamentos e reflexões sobre os movimentos de tentativa de retirada destes conteúdos e seus impactos entre os/as jovens e a escola. Verificou-se a importância de refletir e sobre o que tem contribuído para essas mudanças de enfoque nos temas de gênero e sexualidade, sem retirar a centralidade que as estas questões têm adquirido no debate contemporâneo acerca da educação. Destaca-se a certeza da necessidade de abordar estes temas na escola e de explorar possibilidades para maiores reflexões, permitir reforçar o espaço educativo como local para o desenvolvimento do senso crítico, a formação da cidadania e o combate às desigualdades.

Palavras-chave: Gênero, educação, juventude, representação política

SUMÁRIO

1. Gênero, Educação e Política: alguns enlaces contemporâneos.....	3
2. A Representação da Mulher Pública nos Espaços da Presidência da República.....	8
2.1 Quem ouviu e participou das oficinas? Chegando e apresentando o público.....	10
2.1 Entre discussões tímidas e tensas: apresentando as oficinas.....	14
2.3 Estudantes na manifestação escrita: análise dos questionários.....	28
3. Considerações Finais.....	36
Referências Bibliográficas.....	40
ANEXO: Questionário.....	42

1. Gênero, Educação e Política: alguns enlaces contemporâneos

O presente Trabalho de Conclusão de Licenciatura tem como objetivo trazer dados empíricos relativos às questões de gênero, a partir de experiências educativas desenvolvidas em uma escola estadual de Ensino Médio da região central de Porto Alegre. Serão relatadas oficinas, observações do ambiente escolar, analisados de questionários e alguns elementos das experiências de estágio docente, com vistas à compreensão dos entendimentos elaborados pelos/as alunos/as sobre a imagem da mulher pública no âmbito da política. Suas reações, interpretações e escritos serão analisados a partir do uso de argumentos dos estudos de gênero e educação.

Tendo em vista a realidade atual acerca das questões de gênero e sexualidade nas escolas, apresento este trabalho, me propondo a lançar alguns elementos descritivos para uma breve discussão sobre como tem sido a repercussão entre os/as jovens sobre as imagens de algumas mulheres públicas relacionadas à Presidência da República. Parto do pressuposto apresentado acerca da existência de mudanças nas percepções sobre temas de gênero e sexualidade nos espaços escolares. Na busca de compreender o entendimento atual destas questões no âmbito comportamental, proponho lançar questionamentos e um olhar atento e reflexivo sobre os movimentos de tentativa de retirada destes conteúdos e seus impactos entre os/as jovens e a escola. É importante refletir e sobre o que têm contribuído para essas mudanças de enfoque, sem retirar a centralidade que as relações de gênero têm adquirido no debate contemporâneo acerca da educação.

A repercussão em torno das temáticas de relações de gênero tem adquirido uma gradativa mudança de perspectiva nas últimas décadas, principalmente no que se refere ao seu entendimento enquanto construções sociais. A preocupação de educadores/as com a reflexão sobre direitos humanos, articulada com a temática de gênero também tem adquirido centralidade no espaço educacional. Na academia, na mídia, na política, nas escolas e em outras âmbitos, este tema vem ganhando a denominada cena social, na medida em que, em torno dele, emergem debates, posições antagônicas, dilemas, consensos, conflitos, etc. Na esfera da educação, algumas discussões recentes têm se criado e ampliado o debate com polêmicas que envolvem a abordagem dessas questões nas escolas, inclusive com algumas interpretações conservadoras que vão na contramão de perspectivas de estudos¹ e de

1 Ver Guizzo e Felipe, 2016.

movimentos sociais e políticos que, historicamente, vêm produzindo conhecimentos críticos e inclusivos sobre as relações de gênero e sexualidade.

Neste contexto, as questões acerca das relações de gênero estão no debate contemporâneo da educação, pois discute-se como estas devem ser abordadas e problematizadas com os/as alunos/as nas instituições escolares. Na última década, a preocupação principal no discurso dos/as educadores/as centrava-se em como (ou se) as escolas estariam preparadas para abordar estes conteúdos. Tais temas eram considerados delicados, tabus, difíceis, mesmo para os/as professores/as. Estes/as também teriam seus preconceitos nessas questões muitas vezes relacionadas a moralidades e discriminações sociais e culturais. Como argumentou Deborah Britzman (2010), a forma de trabalhar educação sexual nas escolas é descolada da realidade, pois é focada em conhecimentos de fatos, e há pouco ou nenhum espaço para possibilidades, reflexões e significados sobre sexualidade e relações de gênero. A própria “linguagem do sexo”, segundo a autora, não é precisa, sendo difícil encontrar adequação.

Além disso, a escola passou a assumir um papel de educadora em termos de gênero e sexualidade, especialmente em temas relacionados à AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) ou sobre gravidez na adolescência e, com isso, buscou-se investir em formação de professores/as para que estes/as pudessem estar devidamente “habilitados” para abordar estes conteúdos em sala de aula. Talvez esse papel atribuído à escola no contexto das DSTs tenha contribuído para uma visão medicalizada das relações de gênero e de sexualidade, entendido como “problemas da sexualidade” e com olhar sobre doenças e foco em prevenção.

Mais recentemente, a discussão sobre a abordagem destes temas na escola trouxe outros elementos para o debate, especialmente a partir de 2014, na elaboração do Plano Nacional de Educação, quando houve uma mobilização para que o termo “gênero” fosse tirado dos planos de ensino. Diversos municípios tiveram seu plano aprovado com a exclusão do termo, além de haver casos de censuras a materiais didáticos e ao exercício da docência². Ainda nesse cenário, surgiram movimentos como “Escola sem Partido”, que busca combater aquilo que é considerado por seus/suas defensores/as como o uso indevido do espaço da sala da aula para os/as professores/as expressarem suas posições político-ideológicas, muitas vezes contrárias às das famílias, limitando a atuação dos/as docentes. No *site* dos elaboradores deste

2 Informações sobre casos de censura e limitações a materiais didáticos e ao exercício da docência sobre temas de gênero e sexualidade, ver: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/mordacas-na-educacao/>

Projeto³, é possível encontrar argumentos condenatórios às discussões de gênero no âmbito escolar. Por outro lado, o movimento “Frente Nacional Escola sem Mordça”⁴, criado em 2016, nasce como contraponto ao anterior, que se propõe a debater os Projetos de Lei da Escola sem Partido, pois entende que este é um movimento conservador que restringe a liberdade de expressão e atinge a qualidade da educação. Esses dois movimentos são ilustrativos do cenário relativo à “problemática” do gênero na contemporaneidade educacional.

Apesar de haver um movimento de resistência política às temáticas relativas a gênero na educação, estas questões estão sendo cada vez mais discutidas, uma vez que, para a argumentação de críticas que a rejeitam, também emergem pesquisas que lhe dão visibilidade. Além disso, os debates em torno desses movimentos ou das determinações nacionais para a educação, abordadas ou não pelos/as professores/as, dentro ou fora dos currículos, somam-se à inegável presença das questões de gênero, sexualidade, corpo, identidade dentro das escolas, sejam nas discussões no recreio, nos comentários de corredores, nas práticas escolares cotidianas, nos livros ou rabiscos de cadernos, nos apelidos ou nas relações afetivas.

As experiências de estágio docente, ministrando a disciplina de sociologia no ensino médio, possibilitaram colocar-me diante de jovens que traziam para sala de aula discussões que estavam fora desta, mas ao seu alcance e de seus interesses. O que se debatia naquele momento era um movimento ocorrido em outra escola de Porto Alegre, em que meninas reivindicavam o direito ao uso de “shortinho” na escola. A repercussão desta situação trouxe debates relativos a gênero e sexualidade nas aulas de sociologia e diversas inquietações e manifestações dos/as estudantes, como: “cada um usa a roupa que quiser e não pode ser julgado por isso”; “os homens são mais fortes que as mulheres, só não emocionalmente”; “professora, qual a tua opinião sobre o ‘shortinho’?”; “mas eu acho que os cargos de poder têm que ser ocupados pela competência de cada um, não só porque tem que ter mulher ou negro”; “isso é machismo, sim, nossa sociedade é machista!”; “como a antropologia define a sexualidade?”; “ah, mas uma sociedade igualitária não existe em lugar nenhum!”; “nossa, que cultura mais baseada na estética!”; “o que são papéis de gênero?”, entre outras perguntas, comentários e opiniões ouvidos dentro da sala de aula.

As experiências de estágio mostraram que, não apenas existe interesse e curiosidade dos/as alunos/as sobre gênero e sexualidade, como também há uma demanda – intencional ou

3 Site da Organização que discute o Projeto Escola sem Partido: <http://www.escolasempartido.org/>

4 Site do movimento Frente Nacional Escola sem Mordça: <http://escolasemmordaca.org.br/>

não – na abordagem destes conteúdos. Uma vez que as dimensões de gênero e sexualidade referem-se a seres humanos em sociedade, estes temas estão inevitavelmente presentes no cotidiano das instituições escolares.

De acordo com Louro (1998), a escola é um agente reprodutor de valores e desigualdades referentes às diferenças entre homens e mulheres, constituindo-se como um espaço, não apenas de aprendizado, mas de produção e fabricação de sujeitos. Segundo a autora, “os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção e no fazer cotidiano escolar” (LOURO, 1998:59). Um dos papéis fundamentais dos/as educadores/as é trabalhar essas diferenças e os efeitos que elas têm sobre os sujeitos, desconfiando do “natural”, suscitando o questionamento e criando possibilidades para sair dessa lógica de reprodução. Como Seffner e Silva (2013b) destacam, há diversos debates e exigências relativos à “função social do educador”, pois estes devem estar atentos à realidade externa à sala de aula, ao seu conteúdo abordado e às práticas cotidianas na escola.

Gênero já está nas escolas, como defende Louro, pois é uma “categoria imersa nas instituições sociais” (SEFFNER e SILVA, 2013a:66). É importante refletir se as relações acerca da diferenciação de gênero são aparentes, reforçadas ou veladas dentro da escola; de que maneira são interpretadas e se surgem em sala de aula apenas através de práticas pedagógicas ou de discursividades, que reforçam tradições e silenciam diferenças, reproduzindo a lógica dominante e abrindo espaço para a (re)produção de discriminações, para a limitação de experiências e para a falta de representatividade.

Como mencionado, os temas que envolvem este Trabalho de Conclusão da Licenciatura encontram-se em discussão em diversas esferas, entrando em cena na política, na mídia, no senso comum, nas instituições de ensino, etc. Há, portanto, diferentes formas de abordar as questões de gênero e sexualidade, no entanto, cabe problematizar as maneiras que a educação enfrenta tais questões, pois elas são recorrentes no cotidiano da escola. Tal como Guizzo e Felipe (2016) destacam, a importância da abordagem e discussão desses temas tem sido progressiva, uma vez que as instituições escolares são instâncias importantes na produção de diferenças e na luta pela desigualdade. Ao mesmo tempo, as autoras defendem que as escolas não são campos neutros ou necessariamente democráticos, já que ocorrem disputas e normas impostas que muitas vezes reificam determinadas formas de viver, de compreender e de experienciar os gêneros e as sexualidades (GUIZZO e FELIPE, 2016, p.7). Deste modo,

incluir reflexões sobre estes temas que já estão inseridos na escola, torna-se fundamental para a compreensão das diferenças e o rompimento das desigualdades⁵.

Apesar das discussões e disputas em torno do tema, as orientações nacionais e internacionais de que o país é signatário acerca da educação prevê que abordar o conceito de gênero na escola é parte fundamental da formação para a cidadania, para compreensão da realidade social e para o enfrentamento de desigualdades. Faz parte dos conteúdos previstos nos documentos que orientam o que deve ser abordado na disciplina de sociologia no ensino médio⁶ (JARDIM e TUSSI, 2013). Ou seja, estamos diante de uma ambivalência que, de um lado, apresenta uma ordem conservadora e restritiva aos conteúdos de gênero e sexualidade e, de outro, uma reação que demonstra o reconhecimento de desigualdades que tem colocado essas questões ainda mais em pauta. É neste impasse que se situam os/as jovens de hoje e uma sociedade que busca saber como o país responderá (ou romperá) ao compromisso assumido nacional e internacionalmente de inserir estes conteúdos na base curricular de ensino.

Entende-se aqui, que trabalhar gênero e sexualidade na escola é fundamental, pois além de haver questões relativas ao cotidiano e experiência de todos/as envolvidos/as, contribui para reflexão crítica, redução das desigualdades e diminuição do preconceito e da intolerância. Defende-se que, com este tipo de visão, a escola poderá desenvolver seu potencial transformador, como queria Paulo Freire (1987), trazendo contribuições efetivas e relevantes para a sociedade.

5 O conceito de desigualdade é usado tradicionalmente na sociologia para questões de classe, etnia e raça. Mais recentemente tem sido utilizado também para abordagem de questões de gênero e sexualidade, fazendo um uso ampliado da categoria, que passa a abarcar outras dimensões do social, para além das desigualdades concernente à estrutura econômica.

6 Ver Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias (BRASIL, 2006); Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio (BRASIL, 1999); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL 2006).

2. A Representação da Mulher Pública nos Espaços da Presidência da República

Este trabalho foi baseado em experiências ocorridas em 2015, 2016 e 2017 com alunos/as de Ensino Médio de uma escola estadual da região central de Porto Alegre. Os dois primeiros anos mencionados, referem-se às experiências de estágio docente. Em 2017 foram ministradas oficinas, nas quais forneceram a maior parte de subsídios para a realização das reflexões aqui apresentadas

Em 2015 realizei estágio docência, requisito necessário para a disciplina de Estágio I, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais nesta escola. Planejei e ministrei aulas de sociologia para uma turma do 2o ano do Ensino Médio no turno da manhã. Nesta experiência de estágio de ensino de sociologia propus abordar as questões de trabalho e de gênero em sua interface com diferentes relações sociais. Partindo do reconhecimento da realidade dos/as alunos/as foi realizado um planejamento de ensino que visasse proporcionar aos/às estudantes uma reflexão e sensibilização para os conteúdos, buscado partir de suas realidades e contextos.

Em 2016, na sequência do curso, realizei a disciplina de Estágio II, quando ministrei aulas de sociologia na mesma escola, desta vez em duas turmas do 3o ano do Ensino Médio. Uma dessas turmas foi a mesma que, no ano anterior, eu havia realizado o Estágio I. No planejamento de aula constavam temas como etnocentrismo, diferenças culturais e relações de gênero. Com ênfase no respeito e na diversidade, abordei conteúdos como padrões de beleza e a relação com a cultura, construção social dos corpos e gêneros, diferença entre os conceitos de sexo e gênero enquanto categorias sociológicas e as relações de poder e desigualdade.

Em ambas experiências de estágio docente, foi fornecido um questionário de avaliação aos/às alunos/as para que eles/as pudessem expressar sobre o que consideraram positivo ou negativo, inclusive forma de avaliação e seleção de temas trabalhados. Entre as propostas, se buscava expandir a percepção dos/as estudantes sobre a presença e relevância do conteúdo sobre gênero em suas realidades sociais, utilizando exemplos e fatos de suas vidas cotidianas e, com isso, proporcionando o desenvolvimento do senso crítico em relação a situações do entorno.

Em 2017 retornei para a escola para a realização da oficina “A Representação do Feminino no Cenário Político Brasileiro Contemporâneo: Mulheres e a Presidência da República”. A proposta foi apresentar imagens e representações de figuras públicas femininas relacionadas com a Presidência da República, especificamente nas imagens de Marcela

Temer, atual primeira-dama, Dilma Rousseff, ex-presidenta da república e Marisa Letícia Lula da Silva, ex-primeira-dama. A partir disso, buscou-se discutir sobre como a mídia representa essas mulheres, quais são seus papéis e como os/as estudantes percebem e o quanto conhecem sobre essa realidade. A seleção das três mulheres dá-se pelo fato de que, ainda que tenham assumido diferentes espaços na vida pública, são mulheres associadas à presidência da república – seja por elas mesmas, como no caso de Dilma Rousseff, ou através da imagem de seus maridos, como no caso das primeiras-damas. Destaca-se que as três tiveram recentemente certa presença midiática, ainda que Marcela e Marisa, diferentemente da ex-presidenta, tiveram sua trajetória pública associada a seus maridos.

Contextualizando a escola:

O local onde foram realizadas as experiências de estágio e oficinas aqui apresentadas é uma escola de ensino médio e técnico localizada na região central de Porto Alegre. De acordo com os últimos dados fornecidos pelo site CultivEduca⁷ em 2016 há 193 docentes na Escola, incluindo os cursos técnicos e o ensino médio regular, em sua maioria **homens** (64,8%), com ensino **superior completo** (90,7%). Destes, 28,6% possuem especialização, 8,6% mestrado e 1,1% doutorado. A maior parte dos docentes têm vínculo de contrato **temporário** (73%) e 30,6% são concursados/efetivos.

No que tange apenas ao ensino médio regular, há 32 docentes, sendo, ao contrário dos dados da escola inteira, a maioria **mulheres** (81,2%), todos/as com ensino **superior completo**. Destes/as 25% possuem especialização, 12,5% mestrado, e nenhum/a com doutorado. Quanto ao tipo de contrato, novamente o dado se inverte, sendo a maior partes dos/as docentes **concursados/as** (78,1%) e uma parcela menor com contratos temporários (31,2%). Sugere-se, com estes dados, que a maioria dos docentes do sexo masculino estão lecionando nas turmas dos cursos técnicos, uma vez que há uma maioria de professoras no ensino médio regular (em todas as turmas), frente a uma porcentagem maior do sexo masculino no corpo docente total da escola.

Esta maioria masculina de professores também aparece na sala de aula, entre os/as estudantes, seja na ocasião dos estágios, seja na ocasião das oficinas. Ainda que não haja informações sobre outras turmas da escola, esta realidade é perceptível logo nas primeiras observações, pois nos corredores e pátios do colégio há também uma maioria masculina.

7 Dados retirados do site CultivEduca: <http://cultiveduca.ufrgs.br>, em julho de 2017.

Este fato pode estar relacionado com a tradição e história da escola, que foi criada no início do século XX, sendo um internato apenas para meninos. Atualmente, a escola conta com cursos técnicos além do ensino médio regular, para ambos os sexos. Tendo em vista que a escola é mais reconhecida por seus cursos técnicos, uma vez que suas origens remetem ao ensino profissionalizante, e os cursos oferecidos são tradicionalmente mais procurados por homens, é possível que, mesmo no ensino médio, que é separado dos cursos técnicos, há mais estudantes do sexo masculino interessados em estudar nesta escola.

Em todas as propostas, as questões de gênero estavam presentes. Nos estágios, buscava-se discutir mais as noções socioantropológicas relativas a este conceito. Nas oficinas, diferentemente, buscou-se mais captar as percepções dos/as alunos/as acerca das representações e com isso, coletar dados sobre como elas/as, a partir de provocações de imagens da mídia e do senso comum, de discussões e textos, percebiam especificamente tais mulheres. Para este ensaio, as experiências de estágio servem mais para observação e contextualização, pois a maior parte dos dados referem-se às oficinas.

2.1 Quem ouviu e participou das oficinas? Chegando e apresentando o público

Em uma manhã fria de um sábado letivo em Porto Alegre, conforme anteriormente combinado com as professoras, compareço até a escola para ministrar as oficinas “A Representação do Feminino no Cenário Político Brasileiro Contemporâneo: Mulheres e a Presidência da República”. Havia combinado com as professoras na semana anterior, quando estive na escola, e conversei com pelo menos duas delas acerca da minha proposta. Ao longo da semana, estive em contato com outras, para confirmar e acertar alguns detalhes. Elas mesmas sugeriram que a oficina ocorresse em um sábado, tendo em vista que especificamente este seria o sábado das Ciências Humanas e Línguas e que encaixar uma oficina seria mais fácil em um dia letivo atípico, como o sábado, do que na grade regular de horários durante a semana. Uma das professoras de sociologia conheci em 2015 e era titular das turmas que estagiei. Com ela, mantive contato desde então, e foi a porta de entrada para que eu retornasse à escola para execução das oficinas. As demais professoras referiram lembrar-se de mim

quando realizei os estágios e foram bastante receptivas com a proposta e com minha entrada na escola, não havendo dificuldades nesta inserção.

Nos sábados letivos a escola divide as turmas em dois momentos: as turmas que frequentam regularmente o turno da manhã têm aula das 8h às 10h e as do turno da tarde têm aula das 10h às 12h. Desta forma, cumpre-se um dia letivo no mesmo sábado de manhã, para os dois turnos da escola. O combinado é que eu ministraria a mesma oficina duas vezes, uma para cada grupo, em turmas de 2o ano do Ensino Médio.

A manhã gelada de sábado obviamente espantou os/as alunos/as. Era previsto cerca de 30 estudantes em cada turno, e assim me organizei para as oficinas. No primeiro turno (8h-10h) havia cinco estudantes, todos/as do 2o ano, sendo quatro meninos e uma menina. Já era esperado um grupo pequeno, no entanto, não tão reduzido, pois minha preocupação era com o desenvolvimento do debate. Ainda assim, utilizei isso como uma oportunidade para incitar uma participação mais efetiva, especialmente dos/as mais tímidos/as. A professora de português acompanhou a oficina participativamente. Já na oficina do segundo turno (10h-12h), por sugestão de outra professora, foram unidas turmas do 1o, 2o e 3o ano, totalizando um grupo de 26 alunos/as, acompanhado de uma professora e um professor.

No total, 31 estudantes assistiram as oficinas. A idade variou entre 15 e 17 anos, distribuídos/as de tal forma:

Quadro 1: Idade dos/as estudantes que assistiram as oficinas

Idade	Número de estudantes
15 anos	19
16 anos	9
17 anos	2
Não informou	2

Quanto ao sexo/gênero, apesar de no primeiro grupo o número de meninos ser mais representativo, no total houve uma distribuição mais equivalente, conforme mostra quadro a seguir:

Quadro 2: Sexo\gênero dos\as estudantes que assistiram as oficinas

Sexo \ gênero	Número de estudantes
Feminino	15
Masculino	14
“Fluido”	1
Não informou	1

Em relação à série em que se encontravam, estiveram presentes estudantes dos três anos do Ensino Médio. Destaca-se que a primeira oficina foi composta apenas por estudantes do 2o ano e a segunda foi mista, com predominância do 1o ano.

Quadro 3: Série dos\as estudantes que assistiram as oficinas

Série	Número de estudantes
1o ano	17
2o ano	10
3o ano	3
Não informou	2

Do grupo total de 31 alunos\as, apenas um declarou que possui título de eleitor e que votou nas últimas eleições (2016). Destaca-se que 19 estudantes possuem atualmente 15 anos, portanto, não têm idade para o voto facultativo. Além deles\as, outros\as nove alunos\as possuíam, no momento da oficina, 16 anos, e provavelmente parte deles\as, no período das últimas eleições (outubro de 2016), também não tinham a idade mínima para o voto. Com esses dados, tem-se certeza de que apenas dois\as estudantes possuíam idade para votar nas últimas eleições, sendo que somente um (sexo masculino) declarou ter votado.

Em relação às intenções de votos nas próximas eleições presidenciais (2018), de acordo com as idades, todos\as terão idade mínima para voto (em outubro de 2018) e ao menos dois\duas passarão a ter obrigatoriedade de voto, pois atingirão a maioridade.

Quadro 4: Intenção de voto dos/as estudantes que assistiram as oficinas

Intenção de voto	Número de estudantes
Não pretende votar	20
Pretende votar	11

Desta forma, dos onze estudantes que informaram que pretendem votar nas próximas eleições, pelo menos dois\duas terão, não apenas a pretensão, mas a obrigatoriedade de comparecer às urnas. Ainda assim, a maioria expressiva, mesmo podendo facultativamente votar, não tem a pretensão de ir às urnas no próximo ano para escolher um\ a candidato\ a à presidência da república. Esta informação é condizente com dados do Tribunal Superior Eleitoral acerca das eleições de 2016 que apontam para um decréscimo na participação de jovens votantes nesta faixa etária, comparado com as eleições de 2012⁸.

Dados colhidos nas oficinas sobre intenção de voto ilustram outros estudos sobre jovens, mostrando o desinteresse nas eleições. A pesquisa apresentada pela Revista do Legislativo “Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte⁹” (TELLES e DIAS, 2010) realizada com jovens de 18 a 24 anos, indica uma juventude que não vê este tema como algo atraente. Os dados apontam para 82% do grupo pesquisado declarar ter pouco ou nenhum interesse em política. No entanto, esta mesma pesquisa rejeita a ideia de que o desinteresse é algo próprio dos/as jovens, pois defende a existência de uma falta de confiança geral da população em relação à política. Seria necessário investigar com mais profundidade o comportamento e interesses políticos desse grupo etário, além de seus recortes de gênero, classe, raça e recortes regionais. Destaca-se também, que a pesquisa foi realizada em 2010, e que escândalos de corrupção na política têm sido mais noticiados nos últimos anos, especialmente após a Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, que ganhou expressiva repercussão midiática, mais que outros processos e operações já ocorridas anteriormente. Também é importante considerar que os/as jovens que assistiram às oficinas são de uma faixa etária anterior à da pesquisa mencionada, pois são adolescentes sem obrigatoriedade de voto, e que poucos anos atrás eles/as eram crianças e possivelmente estavam mais expostos a influências midiáticas infantis.

8 <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,crise-tira-animo-dos-jovens-eleitores,10000065430>

9 <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1627/3/1627.pdf>

É possível questionar em que medida o suposto desinteresse desses adolescentes estaria relacionado a pouca participação política. Estariam eles\as buscando outras formas de informação, veiculação e inserção política, através de redes sociais, *blogs* e outros movimentos, como as ocupações das escolas por estudantes secundaristas, ocorrida em 2016, em 22 estados do Brasil? Não estariam, estes\as jovens, buscando outras formas de participação política ao invés do sistema tradicional de voto? Será que estes\as jovens se sentem representados\as pelos\as atuais governantes, diante do cenário político brasileiro? Esta possível falta representatividade seria restrita a esta faixa etária? Além disso, a escola tem dado espaço para discussões, debates e informações em torno de política e cidadania? A quem recai este papel na formação dos\as jovens?

Os dados iniciais sobre o público das oficinas trazem algumas ideias e informações sobre estes\as estudantes, mas principalmente alguns questionamentos a serem problematizados. Antes de buscar respostas conclusivas, é importante trazer discussões para um debate mais amplo, envolvendo temas de juventude, política e educação.

2.1 Entre discussões tímidas e tensas: apresentando as oficinas

I. Momento 1 – Questões iniciais: o que é “primeira-dama”?

As oficinas foram divididas em quatro momentos. O primeiro foi marcado por questões norteadoras, apresentadas através de perguntas iniciais, que foram sendo respondidas pelos\as alunos\as para incitar a discussão. Posteriormente, foram exibidas imagens das três mulheres sugeridas para o debate: Marcela Temer, Dilma Rousseff e Maria Leticia. A apresentação deu início com o questionamento do que é uma “primeira-dama” e com anotações visíveis das respostas mencionadas pelos\as estudantes, seguida de uma definição¹⁰. Os\as alunos\as mencionaram, acerca do termo “primeira-dama”:

- *mulher do presidente*

10 Definição retirada da Wikipedia (junho de 2017): “Primeira-dama é o título informal que se dá à esposa de um(a) governante em várias esferas do poder. Refere-se sobretudo à esposa do presidente de um país, mas também se aplica aos casos de governador ou prefeito. (...) A princípio, a primeira-dama não possui funções oficiais dentro do governo, mas costumam participar de cerimônias públicas e organizar ações sociais, tais como eventos beneficentes. Além disso, uma primeira-dama carismática pode ajudar a transmitir uma imagem positiva de seus maridos à população. (...) No Brasil, recebem o título de primeira-dama as esposas do presidente da república, dos governadores e dos prefeitos. Junto ao cargo utiliza-se via de regra o título «Dona» antes de seus nomes.”

- *ocorre quando um homem assume cargo um político de liderança*
- *esposa de governante*
- *esposa do prefeito ou presidente*
- *Marcela Temer é bonita*
- *acompanhar eventos*
- *suporte ao prefeito*
- *cuida da campanha*
- *marketing*

As primeiras intervenções foram um pouco tímidas, especialmente na segunda oficina, em que o grupo era maior, até porque era o início da oficina, no entanto, aos poucos a participação foi sendo ampliada, especialmente com o destaque de algumas meninas. A ideia de “primeira-dama”, em sua maioria, levantou a referência a algum homem no poder e ela sendo a cônjuge que o auxiliaria ou acompanharia em suas atividades públicas. Ainda assim, sobressai a noção de que é “a *mulher* de”, como esposa ou cônjuge, ou também, como “pertencente” a alguém, neste caso, um homem que estaria no poder. A definição apresentada condiz com esta ideia, além de informar que a primeira-dama ajuda “a transmitir uma imagem positiva de seus maridos à população”. Neste quesito, um dos professores que acompanhava a oficina comentou que, com esta frase, lembrou-se de Marcela Temer e, com uma visão crítica, argumentou que a mídia passa esta imagem com frequência, antecipando a discussão porvir. Os primeiros comentários acerca do casal Temer começam a surgir, especialmente criticando a diferença de idade de ambos. Também, houve referência às características físicas da atual primeira-dama (*Marcela Temer é bonita*), destacada por um menino da primeira oficina. Desta forma, a referência à primeira-dama foi dada em ambas as oficinas, com resgate à esposa do atual presidente da república.

Foi questionado também se existe uma versão masculina de “primeira-dama” e em que situações se aplicaria, e anotadas suas respostas, ainda um pouco retraídas. Foram mencionados termos como “primeiro-damo”, “primeiro-cavalheiro”, ou mesmo a existência desconhecida de uma versão masculina para este termo, aplicado, como ressaltado por eles/elas, em caso de cônjuges de mulheres ou de homens homossexuais que assumem cargos de poder. Apresentei duas notícias sobre o marido do primeiro-ministro de Luxemburgo em uma foto oficial de uma reunião com as primeiras-damas¹¹ e a controvérsia sobre a existência

11 Foto e matéria publicada: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/mundo/noticia/2017/05/foto-de-marido-do-premier-de-luxemburgo-ao-lado-de-primeiras-damas-faz-sucesso-em-redes-9801177.html> e

do termo “primeiro-cavalheiro”, seus usos e significados. Com isso, incitou-se um debate sobre novos termos que se transformam ou se criam para se adequar à dinâmica da sociedade. Foi exemplificado com algumas palavras vindas do inglês, que atualmente se tornaram comuns ao nosso vocabulário, atribuindo significados até então inexistentes, como *blog*, *youtuber*, *spoiler*, *stalkear*, ou ainda, a adequação de termos relativos a pessoas com deficiência, que em outros momentos passados foram chamadas de “pessoas com necessidades especiais”, “portadores de deficiência”, “deficientes”, etc. Nesta linha, surge também o termo “presidenta”, utilizado por Dilma Rousseff para autonegociar seu cargo na presidência, retomando à proposta inicial da oficina. Alguns\algumas alunos\as demonstraram reflexão acerca desta linha de raciocínio que aponta a necessidade de criação de novos termos para dar conta da realidade, enquanto outros\as mostram um certo incômodo por considerarem este um termo incorreto na língua portuguesa. A questão que lancei com isso foi o motivo pelo qual o termo “presidenta” era pouco consolidado, sugerindo que cargos de poder estão mais relacionados aos homens.

Nesta linha, foi questionada *o que e quem* lhes vêm à mente quando se fala em Presidência da República e mulheres, resultando nas seguintes observações:

- *mandioca* [alusão a Dilma]
- *quase nada relacionado um com o outro*
- *novidade*
- *não valorizam mulheres na política*
- *preconceito*
- *poucas mulheres entram na política*
- *raro acontecer*
- *referencial*

Os destaques citados pelos\as alunos\as trazem, especialmente, menção sobre a escassez de mulheres na política ou mesmo de dificuldades enfrentadas por elas neste campo. À exceção da palavra “mandioca” mencionada por um estudante que referiu ser isso que lhe vem à mente quando lembra de Dilma, fazendo alusão ao Nordeste do Brasil. Sabe-se que a trajetória profissional da ex-presidenta está relacionada ao Sul do país, além de ter nascido no estado de Minas Gerais e atuado posteriormente também no Distrito Federal, quando assumiu o Ministério de Minas e Energia no governo Lula, em 2002. Sua trajetória, portanto, está bem

menos relacionada à região Nordeste que às outras mencionadas. Por outro lado, seu antecessor na presidência da república e representante do mesmo partido, Luiz Inácio Lula da Silva, nasceu em Pernambuco, estado do Nordeste brasileiro. Apesar de construir sua carreira política em São Paulo, sua imagem tem sido bastante associada à região onde nasceu por sua popularidade entre a população nordestina e por esta ter sido uma região na qual houve grandes investimentos em termos de infraestrutura e políticas sociais durante seu governo. Percebe-se, com isso, que a imagem de Dilma está bastante atrelada à imagem de Lula, ainda que cada um tenha tido sua trajetória própria.

Além disso, os/as alunos/as fizeram referência a algumas mulheres que assumem ou assumiram cargos de poder, não necessariamente como presidente, mas também em outros espaços políticos. Nem todas são lembradas pelo nome, algumas, pela referência ao país que representa. Com ajuda do professor de Geografia, algumas foram citadas, como: *Dilma Rousseff*; *Hillary Clinton*; *a da Coreia do Sul* [Park Geun-hye]; *a da Alemanha* [Angela Merkel]; *Cristina Kirchner*; *Luciana Genro*; *Marina Silva*; *Manuela D'Ávila*.

Tais mulheres são conhecidas também por estarem presentes na mídia, seja internacional, nacional ou mesmo local. No entanto, sabe-se da sub-representação da mulher na política, especialmente enquanto candidatas a cargos políticos. O Comitê CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher apresenta dados e análises acerca da realidade brasileira no que tange à disparidade de gênero na política apontando uma grande desigualdade em termos de participação e representação entre mulheres e homens nos espaços públicos e políticos. Apesar de, no relatório de 2012, saudar a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, o Comitê CEDAW traz recomendações ao país para superar esse déficit, pois o Brasil encontra-se entre os piores rankings em termos de paridade de gêneros na política e baixa representação parlamentar na escala mundial (PRÁ, 2014). Entre as recomendações, além de medidas gerais e temporárias específicas sobre mulheres na vida pública, foi orientado também que sejam feitas campanhas de conscientização “para eliminar atitudes patriarcais e estereótipos sobre os papéis de homens e mulheres, destacando a importância da participação plena e igual das mulheres na vida política e pública e nas posições de tomada de decisão nos setores público e privado e em todas as áreas” (CEDAW/C/BRA/7, 2012)”. Desta forma tem-se percebido, de um lado, um avanço em termos pontuais, como a eleição e reeleição de uma mulher para presidência da república, ou mesmo no aumento da participação feminina no mercado de trabalho, como também aponta este relatório. Por outro lado, uma representação política estagnada que, como

defende a autora, demonstra uma democracia deficitária em termos de cidadania feminina (PRÁ, 2014).

A sub-representação da mulher nas esferas públicas também é evidenciada na invisibilidade das mulheres na mídia quando o tema é política ou, quando visíveis, apresentadas de maneira a reforçar estereótipos cristalizados de gênero (BIROLI, 2010). A pesquisa realizada por Biroli (2010) aponta que quando a mídia noticia mulheres com envolvimento político, os temas são centrados em questões que envolvam sua personalidade, seus corpos, ou sua vida pessoal. O mesmo não ocorre com os homens, que são noticiados sobre suas trajetórias políticas, com pouco ou nenhum destaque para estes temas. Isto reafirma, conforme a autora demonstra, a tradicional divisão entre público x privado, sendo a primeira associada ao homem e a segunda, à mulher, com o vínculo à emotividade e ao corpo.

II. Momento 2 – Marcela, Dilma e Marisa: retrato da mídia e do senso comum

No segundo e mais extenso momento da oficina foram apresentadas imagens de Marcela Temer, Dilma Rousseff e Marisa Letícia, com o intuito de fazer os/as alunos/as reconhecerem tais mulheres. A figura de Dilma foi a primeira e imediatamente identificada, seguida da atual primeira-dama. Marisa Letícia não foi reconhecida por todos/as, sendo necessária uma explicação para contextualizar e tornar mais familiar as pessoas e os fatos. Uma dupla de meninas identifica a atual primeira-dama como sendo a “Bela, Recatada e Do Lar”, em alusão a uma reportagem, posteriormente discutida.

A imagem das três mulheres retomou à crítica da discrepância de idade entre o casal Marcela e Michel Temer, surgindo um debate, com a contribuição maior dos/as estudantes. Ao fundo do auditório, um menino pegou o celular e, evidenciando que realizou uma breve pesquisa na internet, informou aos/as demais que o presidente tem 76 anos e sua esposa, 34, e que na posse (de Dilma, em que ele foi nomeado vice-presidente), ela tinha 27 e ele, 70 anos. Rumores sobre este assunto repercutem no espaço. Uma professora que acompanhava a oficina referiu sentir um “estranhamento” em relação à diferença de idade, concordando com a colocação anterior do professor. Uma aluna defendeu que não deveria haver julgamento, em uma postura de tentar relativizar a polêmica, trazendo um contraponto. Um pequeno debate se instaurou, uma vez que a maior parte do grupo participativo defende haver uma antipatia ou desconforto com a diferença na faixa etária do casal – ou, como referiu o professor, a representação de um casal “forjado”. Argumentaram que nas fotos apresentadas, Marcela Temer “não parece feliz”, pois as outras duas mulheres estão sorridentes. As fotos projetadas

eram das respectivas posses, no caso, Marcela Temer e Dilma Rousseff, na primeira posse desta última, em 2011, e Marisa Letícia, na segunda posse de Lula em 2007.

Na sequência, foram apresentados os quatro primeiros termos mais buscados no Google associados ao nome de cada uma das três mulheres. A pesquisa, realizada em junho de 2017, apresenta:

Marcela Temer – *vídeo, idade, dançando, tatuagem*

Dilma Rousseff – *ufrgs, biografia, formação, idade*

Marisa Letícia – *morreu, idade, internada, velório*

A reação dos/as alunos/as apresentou rumores cômicos, tendo em vista as palavras como caricatas das três mulheres. A curiosidade geral representada nestes termos também surgiu nas falas dos/as estudantes, especialmente quanto à figura de Marcela Temer e o que está relacionado a ela nesta pesquisa de termos. Entre relações surpresas, curiosas e a busca de explicações, os/as alunos/as se manifestaram: “que tatuagem é essa?”, “a esposa do Lula morreu?”, “tem um vídeo da Marcela dançando”, “é que a Dilma é mais citada em trabalhos de escola”. A partir disso, foi feita uma breve contextualização sobre os termos e a relação deles com cada uma das mulheres, destacando que a palavra *idade* é semelhante para as três. A proposta aqui foi apontar o que desperta a curiosidade da população em relação a estas três mulheres, tendo em vista suas diferenças e especificidades. Sabe-se que todas estiveram relativamente presentes na mídia recente, por distintos motivos. As palavras sugerem a repercussão de cada uma delas, e por mais que demonstre a curiosidade da população, também apontam para o que a mídia tem demonstrado e repercutido sobre estas mulheres.

De acordo com Biroli (2010), a mídia não é responsável por fabricar estereótipos, como os de gênero, no entanto, é um meio importante que opera no fortalecimento ou enfrentamento dos já existentes. Reportagens e manchetes jornalísticas, além de noticiar e trazerem informações de um dado momento, também despertam outros interesses que fazem com que as pessoas queiram saber mais sobre, por exemplo, a formação acadêmica de Dilma Rousseff, o vídeo em que Marcela Temer aparece dançando ou o falecimento de dona Marisa Letícia. Com isso, após saber quais os interesses relativos a cada uma dessas mulheres, a provocação é questionar o que há além da relação desses termos com essas mulheres. Biroli sugere que:

Os estereótipos não são associados às mulheres sempre a partir de condições externas, isto é, podem fazer parte de suas próprias estratégias para alcançar a visibilidade. Mas, principalmente, podem constituir suas identidades de maneiras complexas.

(Biroli, 2010, p. 7)

A continuidade da oficina deu-se com a exposição de imagens da mídia, da publicidade e de redes sociais que envolvem as mulheres em questão, acompanhada de alguma pergunta para incitar o debate entre o grupo. Apresento a seguir as imagens acompanhadas das reações dos/as estudantes.

- **Reportagens em revistas de circulação semanal:** Matéria da revista *Veja*, sobre Marcela Temer (na época, esposa do então vice-presidente Michel Temer), publicada em abril de 2016, com o título “Bela, recatada e ‘do lar’” X Capa da revista *IstoÉ*, com matéria sobre a então presidente Dilma Rousseff, publicada em abril de 2016, com o título “As explosões nervosas da presidente”.

Pergunta norteadora: *Que interpretação você daria para essas representações?*

Figura 1: Revistas com reportagens sobre Marcela Temer e Dilma Rousseff



A apresentação destas duas imagens trouxe um maior engajamento do grupo à discussão. Muitos/as lembravam da repercussão nas redes sociais que a matéria “Bela, recatada e ‘do lar’”¹² causou. Houve questionamentos sobre os momentos em que as

¹² A reportagem publicada na revista *Veja*, em abril de 2016, apresentou Marcela Temer como vice-primeira-dama. Com o título “Bela, recatada e ‘do lar’”, a reportagem causou polêmica e grande repercussão nas redes sociais, tornando-se uma expressão de ironia e deboche, com a reação de mulheres publicando suas fotos e/ou fazendo textos em contraponto aos termos utilizados no título da reportagem.

publicações ocorreram, na tentativa de justificar os fatos. Esclareci que ambas tratavam-se de divulgações de períodos muito próximos, ainda que não se tenha a informação sobre que período cada foto foi tirada, apenas publicada. Além disso, contextualizou-se que este foi o momento anterior ao afastamento definitivo de Dilma da Presidência da República.

Os/as alunos/as trouxeram comparações das duas mulheres, mas com foco em como cada uma estava sendo retratada ali. Procurei destacar não apenas as diferenças entre elas e seus retratos, mas a situação específica em que Dilma e Marcela se encontravam e que contextualizariam os posicionamentos de cada uma. Além do olhar crítico sobre o tipo de visibilidade que se deu para elas, foi levantado, como exemplo, a forma com que o presidente Michel Temer é exposto na mídia, quando se quer abordar um tema controverso ou desagradável para a população.

- **Adesivos de Dilma Rousseff:** gravuras em formato de adesivos colados nos tanques de combustíveis de carros em 2016.

Pergunta norteadora: *O que você acha que esse adesivo significa?*

Figura 2: Imagens de adesivos de Dilma Rousseff



A apresentação das imagens que mostram uma montagem de adesivos de Dilma Rousseff coladas junto a tanque de combustível em carros, e que circularam em 2016, foi a parte mais polêmica das oficinas, e que causou mais engajamento do grupo. Olhada inicialmente com espanto pelos/as alunos/as e professores/as presentes, o adesivo com a imagem da ex-presidenta com as pernas abertas – e que esclareço ter sido posteriormente proibido – gerou discussões controversas e, justamente por isso, minha forma de conduzir cada oficina foi diferente.

Na primeira oficina, aparentemente, nenhuma das seis pessoas presentes (cinco estudantes e uma professora) tinham conhecimento da existência do adesivo. Havia dois estudantes que se fizeram mais presentes na discussão como um todo: uma menina e um menino. Seus posicionamentos eram bastante divergentes, mas ambos possuíam posturas críticas e argumentativas, o que acirrou a discussão entre ambos. Especificamente sobre estas imagens, enquanto o jovem defendida que era “só uma piada”, a menina, visivelmente incomodada com a foto e a postura do colega, argumentava que aquilo era uma “violência moral”. A discussão se acirrou entre ambos, com algumas exaltações e argumentações realizadas com bastante desenvoltura.

Entre discursos sobre respeito, liberdade, violência e gênero, tentei, enquanto mediadora, trazer alguns argumentos – como relativizar a noção de liberdade, no momento em que algo fere a liberdade de outra pessoa, ou ainda, consequências da violência de gênero e de modo geral – rebatidos pelo adolescente como “esta é a tua opinião”, “isso é um apelo sentimental”. Apesar de reconhecer que era “falta de respeito”, para o jovem não havia incitação à violência nas fotos apresentadas, e ele insistiu no “direito das pessoas de fazerem piadas”. A menina, contestando ferrenhamente o discurso do colega, mostrava indignação com seu posicionamento. As demais pessoas assistiam ao debate, aparentemente contrariadas com as colocações do menino, mas pouco interferiram, pois tornou-se o dueto de discussão tornou-se quase impenetrável. Realizei interferências, com o intuito de abordar também a banalização desta visão relativa a sexualidade e corpo da mulher, no entanto, estava-se criando um ambiente de tensão e disputa desconcertante. Apesar de considerar frutífero o debate, pois este foi criado justamente para buscar a provocação e reflexão de determinados temas, houve um desgaste e, com o intuito de evitar maiores desavenças e delongas e também de proporcionar outras discussões, a proposta da oficina foi seguida, sem que houvesse, com isso, uma interrupção na proposta.

Na segunda oficina, a apresentação das imagens da ex-presidenta causou o mesmo espanto coletivo. Desta vez, iniciei a discussão mais diretamente questionando se estava claro que existia uma conotação sexual naquela exposição, o que foi aparentemente respondido com afirmação pelo grupo. Em seguida, indaguei se eles/as percebiam uma incitação ao estupro ou à violência e, diferentemente, esta pergunta causou mais inquietação, reações divergentes e reflexivas. Surge uma discussão sobre questões de violência e gênero. Um menino ao fundo do auditório, visivelmente incomodado, pergunta “e se fosse o [Michel] Temer, vocês estariam defendendo também?”, no que, prontamente, uma menina responde “isso não aconteceria com ele” e argumenta, de maneira muito articulada, sobre a forma com que as mulheres são representadas, sobre exposição dos corpos e sexualidade. Procuo trazer algumas contribuições para o debate, esclarecendo que não se trata de um ataque ou defesa partidários ou pessoais, mas sobre problematizações de gênero e violência.

- **Popularidade de Marcela Temer:** Reportagem publicada na internet em maio de 2017 sobre curiosidade da população acerca de Marcela Temer em pesquisas do Google.

Pergunta norteadora: *A que você atribui essa notícia?*

Figura 3: Notícia sobre Marcela Temer (busca Google)

Marcela Temer é quase 3 vezes mais buscada no Google do que Michel Temer

Primeira-dama teve 6,6 milhões de pesquisas em 1 ano

'Michel Temer' foi buscado 2,3 milhões no período

O presidente tem mais citações que Marcela no Twitter



Após os tensos debates resultantes da imagem anterior, apresentei uma reportagem que informa que a primeira-dama é mais pesquisada em sites de busca que o Presidente da República, seu marido. Foi possível relacionar esta matéria jornalística com a pesquisa de termos, apresentados anteriormente, sobre cada uma das três mulheres, especialmente sobre Marcela Temer. Novamente levantou-se a diferença de idade do casal e a curiosidade geral da população em relação a vida pessoal da primeira-dama, como a idade e também sua aparência física. Comparativamente, a reportagem não gerou tanto debate como as imagens anteriores.

- **Falecimento de Marisa Leticia:** Capa da Revista Veja, publicada em maio de 2017, com reportagem que associa Marisa Leticia e o depoimento de Lula na Operação Lava-Jato X campanha publicitária de Dia das Mães, das Lojas Marisa, lançada na mesma semana.

Pergunta norteadora: *Você sabe que polêmica foi essa?*

Figura 4: Notícia e publicidade em alusão a dona Marisa Leticia



Para que fosse possível o entendimento destas imagens, fez-se necessário a contextualização sobre os acontecimentos que levaram a suas elaborações. Tanto a capa da revista e quanto à publicidade referem-se ao depoimento de Lula na Operação Lava-Jato, em maio de 2017 e ao falecimento de dona Marisa Leticia, em fevereiro de 2017. O ex-presidente

foi acusado de receber um imóvel como propina em um esquema de corrupção e de ter citado sua falecida esposa em depoimento sobre o caso. A imprensa repercutiu a notícia como o ex-presidente ter colocado a responsabilidade em sua falecida esposa.

Nas duas imagens apresentadas, há referências à dona Marisa Letícia, sendo a primeira, a capa da revista *Veja* com uma fotografia da ex-primeira-dama anunciado “A Morte Dupla”. Na segunda, foi apresentada a campanha publicitária de Dia das Mães das Lojas Marisa, com os dizeres “se sua mãe ficar sem presente, a culpa não é da Marisa”, também em alusão ao depoimento do ex-presidente. Ambas imagens geraram polêmica nas redes sociais. Após a explicação dos fatos, percebe-se que os/as alunos/as passaram a compreender do que se tratava – até então, um pouco nebuloso ou mesmo despercebido – e, especialmente em relação à campanha publicitária, surge uma certa desaprovação coletiva.

- **Imagem circulando em redes sociais (*meme de Internet*):** falsificação da imagem e críticas sobre postura de Lula no funeral de Marisa Letícia.
Perguntas: *Qual a parte falsa da imagem? Quais críticas foram feitas?*

Figura 5: Foto modificada do funeral de dona Marisa Letícia



Por fim, a última ilustração refere-se à foto do funeral de dona Marisa Letícia, ocorrido em fevereiro de 2017, com a mensagem: “Se você nunca viu um funeral\show\comício”. Novamente contextualizei a imagem, informando que o comentário

diz respeito ao fato do ex-presidente Lula ter feito um discurso de cunho político no funeral de sua esposa e ter sido criticado por tê-lo transformado em um “comício”. Expliquei que a imagem – um meme, isto é, uma ideia que viralizou na Internet – possui uma falsificação, e que em sua versão original não existe a expressão “Lula 2018”, exibida ao lado da foto do casal. Esta mensagem foi atribuída em função dos comentários sobre o discurso de Lula, chamado de “comício”. Completei a informação com duas interpretações sobre o fato: a crítica de que o ex-presidente teria se utilizado do espaço para se promover como pré-candidato à presidência da república em 2018, e que isto seria um desrespeito à pessoa falecida; e que a vida de ambos foi pautada por lutas políticas, portanto seria esperado um discurso mais engajado. Não houve muitas manifestações por parte dos estudantes, mas alguns\algumas, concordaram com a ideia de que teria sido uma “falta de respeito” um discurso político naquele momento, além de algumas reações sobre memes inverídicos e imagens falsas que circulam pela internet.

III. Momento 3 – Quem são elas?

No terceiro momento, com a proposta de conhecer melhor quem são\foram as três mulheres em questão, foi dividido o grande grupo em três partes e cada uma recebeu um texto referente à biografia de uma das mulheres. Foram lidas informações que constavam nos textos para que cada grupo apresentasse ao outro alguns destaques sobre a vida de Marcela Temer, Dilma Rousseff e Marisa Leticia.

A participação dos alunos\as de cada oficina no Momento 3 foi distinta. Na primeira oficina os\as estudantes foram mais atuantes, talvez por ser um grupo pequeno. A apresentação de cada texto para todo o grupo foi mais dialogada, pois as pessoas de fato leram o texto e pareciam interessadas. Na segunda oficina, houve mais dispersão, solicitação de mais tempo para a leitura e a incerteza de que esta de fato foi realizada.

Ainda assim, os elementos mencionados e colocados no quadro, feitos pelos\as alunos\as, com algumas intervenções minhas, foram bastante semelhantes. Dentre os destaques surgidos espontaneamente ou a partir de estímulos, obteve-se:

Marcela Temer: formação em Direito; nunca exerceu a profissão; vice-miss; Programa Criança Feliz; na posse de Temer como vice-presidente, tinha 27 anos e ele, 70; atualmente tem 34 anos.

Dilma Rousseff: formada em Economia na UFRGS; fez parte da fundação do PDT, gosta de andar de bicicleta (mencionado fora do texto), foi presa, atualmente tem 69 anos.

Marisa Leticia: atuação como professora, mas sem formação; ativista; fez parte da fundação do PT; recebeu algumas homenagens; faleceu com 66 anos.

Esta atividade foi adaptada da proposta original, que previa uma maior discussão em torno da vida pessoal e política dessas mulheres. No entanto, o tempo de discussão utilizado no Momento 2, com imagens, se estendeu de modo que o desenvolvimento de outros momentos da oficina tiveram que ser reorganizados e enxugados.

Neste caso, o quadro com os destaques foi uma discussão mais breve, acompanhada de questões lançadas para que os\as alunos\as pudessem pensar acerca do que foi discutido, lido e apontado como relevante: O que cada uma dessas três mulheres têm representado? O que a mídia\senso comum tem falado sobre cada uma delas? Qual o papel ou importância delas para o cenário político brasileiro?

IV. Momento 4 – Respondendo os questionários

Com essas questões e discussões em mente, foi distribuído um questionário (ver Anexo) com cinco perguntas a serem entregues, após respondidas anonimamente por escrito, com o intuito de realizar o fechamento das oficinas e coletar informações sobre a percepção dos\as alunos\as. Além de poder receber um retorno sobre a oficina, este exercício também permitiu o empoderamento e liberdade dos/as aluno/as em legitimar suas opiniões e reconhecer sua importância e protagonismo.

Nem todas as cinco questões foram respondidas, mas todos\as os\as alunos\as que assistiram as oficinas responderam ao menos algumas das perguntas. Além de respostas completas, houve também algumas mais direcionadas ao texto que o grupo leu, sendo, portanto, parciais, e outras foram respostas mais genéricas ou meramente descritivas. Totalizou-se, portanto, 31 questionários respondidos, sendo cinco da primeira oficina e 26 da segunda.

2.3 Estudantes na manifestação escrita: análise dos questionários

Pergunta 1: “Sobre cada uma das três mulheres abordadas na oficina, que destaques (coisas importantes) você poderia trazer sobre elas?”

Em relação à primeira pergunta: “Sobre cada uma das três mulheres abordadas na oficina, que destaques (coisas importantes) você poderia trazer sobre elas?”, as respostas que apresentaram características comuns às três mulheres traziam aspectos gerais e positivos, associados a sua importância, como: “[as três mulheres são] bem conceituadas e bem inteligentes”; “tentam passar boa imagem”; “todas são importantes, são mulheres principais\primeiras para a política”; “três mulheres inteligentes, bem sucedidas e formadas, com uma pequena diferença de idade”; “as três têm no mínimo um pouco de destaque no mundo da política”.

Nas respostas em que foram trazidos destaques individuais de cada uma, estas foram posteriormente categorizadas em: **descrição, formação; atuação; papel\representação da imagem.**

Quadro 5: Resposta dos/as alunos/as da pergunta: “Sobre cada uma das três mulheres abordadas na oficina, que destaques (coisas importantes) você poderia trazer sobre elas?”

Categoria	Marcela Temer	Dilma Rousseff	Marisa Leticia
Descrição	<i>primeira-dama idade</i>	<i>presidenta ex-presidente idade</i>	<i>ex-primeira-dama ex-esposa de Lula petista morreu idade</i>
Formação	<i>bem informada formada de Direito nunca exerceu</i>	<i>bem informada faculdade de Economia estudou muito</i>	<i>vida humilde pouca educação trabalhou desde cedo</i>
Atuação	<i>programa social</i>	<i>histórico de participação movimentos políticos fundou PDT ativista foi presa na ditadura assumiu vários cargos importantes antes da</i>	<i>histórico de participação movimentos políticos ativista ajudou a fundar PT professora criou camiseta e bandeira do PT</i>

		<i>presidência lutou muito para chegar onde chegou</i>	
Papel \ representação da imagem	<i>importância suporte marido participa carreira politica marido linda destaque pela beleza, estético vista como objeto vice-miss considerada esposa- troféu por sua beleza, relacionada à imagem de esposa ideal</i>	<i>importância na hora presidir tentou ser boa presidente, com conteúdo primeira presidenta importante por ser mulher importância primeira como presidenta terrorista</i>	<i>importância suporte marido participa carreira politica marido ótimo papel como primeira-dama excelente primeira-dama bom papel como primeira-dama grande mulher</i>

A categoria **descrição** refere-se às respostas que apresentam características ou definições, como a idade de cada uma ou a referência em relação à sua função, como “primeira-dama”, “ex-presidente” ou “ex-primeira-dama”. No quesito **formação**, a ideia que mais se repetiu sobre Marcela Temer e Dilma Rousseff foi a formação acadêmica de cada uma, com destaque para a não atuação da primeira em contraponto com a trajetória da segunda; e de Marisa Leticia, de ter tido uma vida humilde, “com pouca educação”. Na categoria **atuação**, Marcela foi apontada por ter lançado um programa social; Dilma, por seu histórico profissional e político e seu esforço, e Marisa também foi citada em sua trajetória de participação em movimentos políticos, associados ao Partido dos Trabalhadores. Em relação ao **papel e representação da imagem** das três mulheres, tanto Marcela Temer como Marisa Leticia foram destacadas na relação com seus maridos, no entanto, enquanto Marisa foi mencionada com elogios por seu papel enquanto primeira-dama, Marcela foi destaque por suas características físicas, com grande foco na estética. No caso de Dilma, os destaques enquanto seu papel ou representação foi em torno da “importância por ser mulher/primeira presidenta, além de tentar ser boa presidente com conteúdo”, “importância na hora de presidir”.

Pergunta 2: Você consegue dizer como a grande mídia e o senso comum representam cada uma delas?

Em relação à segunda pergunta: “Você consegue dizer como a grande mídia e o senso comum representam cada uma delas?” alguns dos temas surgidos nas respostas se repetiram, por terem sido mais discutidos na oficina. Seis estudantes não completaram esta questão, alguns\algumas responderam de maneira geral e outros\as especificando cada uma das três mulheres. Entre as respostas que trouxeram concepções gerais da mídia e do senso comum, a maior parte afirmou que elas são retratadas de forma diferente do que elas realmente são e que muitas vezes são abordadas com críticas ou envolvidas em polêmicas. Também foi destacado que são representadas na relação com seus maridos, e algumas citações sobre a mídia mencionam idade, estética. Também foi dito que elas “não têm destaque” ou são faladas como “objetos”.

Especificamente, foi mencionado que Marcela Temer é representada muito por sua estética (“rostinho bonito”), ou mesmo com a ideia de “mulher perfeita” ou “mulher fútil”. A representação de “bela, recatada e do lar”, discutida na oficina, a partir da reportagem na revista mencionada, também apareceu como uma forma que a mídia tem atribuído à imagem da atual primeira-dama. Ainda sobre ela, foi dito que “mulher nova que gera interesse da mídia”, “vive só para cuidar da casa e do filho” e que ela precisaria “passar boa impressão pra parecer que está tudo bem”.

Esta mesma atribuição - “passar boa impressão” - foi dada à Marisa Letícia, relacionando este ao papel esperado de primeira-dama, ou ainda, como “mulher do bem” ou “boa mulher”. Além disso, a falecida esposa de Lula foi destacado sua morte recente e a responsabilidade atribuída a ela referente às acusações do ex-presidente e sua associação aos temas de corrupção. Também foi mencionado que a grande mídia representa Marisa como alguém que participou de atividades políticas ou envolvidas com as questões dos problemas do Brasil.

Em relação à Dilma Rousseff, o que foi mais destacado pelos\as alunos\as foi o fato das críticas e das atribuições negativas ao seu governo. Em seguida, destacou-se que a mídia representa a ex-presidente como uma pessoa “*explosiva*” ou “*revoltada*”, tal como foi apresentada a capa da revista *Veja* e discutido na oficina. Também foi associada a imagem dela na mídia por ser a primeira presidente mulher, pelo *impeachment* e julgamentos

negativos a respeito de sua aparência. Foi mencionado, além disso, que ela é apresentada como alguém “irresponsável” e que “só sabe roubar”.

Estas respostas, bem como as categorias da pergunta anterior condizem com a pesquisa realizada por Biroli (2010) que aborda a sub-representação feminina nos espaços de poder e na mídia, levando em conta como esta representa a política e as relações de gênero. A autora aponta, inicialmente, para uma invisibilidade de mulheres no noticiário político. Isto demonstra, como os/as alunos/as responderam nas primeiras intervenções da oficina, que mulheres e política pouco se relacionam e as mulheres citadas foram apenas aquelas bastante midiáticas. Há, com isso, uma naturalização dessa exclusão de mulheres nestes espaços, entendidos como masculinos, e muitas vezes reproduzidos na mídia enquanto tal.

Quando as mulheres são noticiadas, no entanto, raramente são para demonstrar feitos sobre suas carreiras ou atuação profissional – como ocorre com os homens. A pesquisadora aponta para três eixos relativos à representação da mulher na mídia: personalidade e feminilidade; corporalidade; vida privada. Ou seja, é esperado determinados comportamentos, condutas e estética das mulheres públicas e o foco das notícias estão nestes três eixos. Enquanto a ex-presidenta Dilma é muitas vezes retratada negativamente por sua personalidade, diferente da esperada para uma mulher “feminina”, a atual primeira-dama é noticiada por sua aparência física. Marisa Letícia, juntamente com as outras duas, é bastante reportada por sua vida privada e, tal como Marcela Temer, não há menção da trajetória pública desvinculada de seus maridos. De acordo com Biroli (2010):

(...) a aparência física e a aspectos entendidos como vinculados à feminilidade podem constituir um obstáculo, ao reforçarem uma visão estigmatizada, mas também podem ser um recurso para a construção de uma identidade diferenciada da dos homens, ou uma estratégia para conquistar visibilidade.

(Biroli, 2010, p.13)

A visibilidade das mulheres públicas pode se dar através desses três eixos, e como defende a autora, pode ser uma estratégia de visibilidade e ação política, uma vez que a elas é atribuído mais a exclusão da vida pública que à sua notoriedade. A tradicional oposição que vincula mulheres à esfera doméstica e homens à esfera pública confirmam estereótipos e hierarquias de gênero.

Pergunta 3: Sobre essas representações da mídia, você acha que retratam bem quem elas são? Justifique.

A terceira questão perguntava se os/as estudantes achavam que essas representações da mídia retratavam bem quem eram/são essas três mulheres. A maior parte (18 alunos/as) respondeu que não, com a justificativa de desconhecer ou não conviver com tais pessoas, sendo as informações da mídia insuficientes para representar a realidade, como as respostas: “não sabemos exatamente como elas são, só com muita pesquisa podemos ter uma ideia”, “deve haver coisas que não sabemos sobre elas”, “lendo esses artigos tomamos posse de informações que desconhecíamos”.

Outra justificativa apresentada para argumentar o porque a mídia não retratar positivamente as três mulheres refere-se a uma crítica aos meios de comunicação e sua forma de reproduzir as notícias: “a mídia manipula a imagem de acordo com o que acham que possa ser melhor para o país, muitas vezes distorcendo os fatos”, “o papel da mídia é sempre negativa à imagem das pessoas representadas, a maioria sempre tenta atacar”, “mostram coisas que estão acontecendo naquele momento só, não mostram quem elas são de verdade”.

Essas justificativas de “não conhecer a pessoa” ou ainda, que “a mídia mostra o que quer e negativamente”, também surgiram em respostas diversas como “em parte, talvez”, ou mesmo nas que não traziam um posicionamento claro em relação ao “sim” ou “não”. Ao contrário da maioria, três estudantes responderam que acreditavam que a mídia trazia um bom retrato sobre essas mulheres, justificando que elas seria como “abutres” ou ainda que cada uma delas já teria feito algo inapropriado ao país. Houve duas respostas em branco.

Os posicionamentos dos/as estudantes demonstram, em sua maioria, não apenas uma visão crítica em relação a como a mídia noticia os fatos e as pessoas, mas evidenciam também a invisibilidade das mulheres, ou a visibilidade seletiva, como apontado por Biroli (2010). O fato da mídia não trazer um retrato completo dessas figuras públicas, o que condiz com a fala dos/as alunos/as de que eles/as “não conhecem” essas pessoas, pode trazer a ideia de que a mídia, ao ressaltar determinadas informações em prol de outras, reforça a manutenção das mulheres em posições de menor prestígio.

Pergunta 4: Na sua opinião, quais espaços a mulher deve ocupar na política e qual seu papel?

Na quarta questão, foi perguntado quais espaços a mulher deve ocupar na política e qual seu papel. Apenas duas pessoas não responderam, e todas as demais apontaram para uma não distinção de gênero quanto à ocupação dos cargos políticos. Discursos como “todos os espaços”, “todos os papéis” e “a mulher pode ocupar o que ela quiser” se repetiram nas frases dos/as estudantes: “Todos [os espaços], nós temos os mesmos direitos dos homens, podemos ser o que quisermos”, “Elas deveriam ocupar o que quisessem, não vejo NENHUMA restrição ou diferença”, “A mulher pode ocupar qualquer espaço na política, todos têm a capacidade de liderar”.

Ainda que com discursos nesta linha, algumas respostas eram completadas com restrições ou especificações, como pontuar que a mulher pode ocupar qualquer espaço *desde que* “faça o certo para a sociedade”, “ela mereça”, “seja eleita”, “estude, goste de algo do tipo, não há uma discriminação para essa parte”, ou ainda, “não acho que tenham que colocar à força as mulheres onde elas não querem estar” ou “independente de gênero tem que mostrar seu valor, não somente ocupar algum cargo por ser mulher”. Desta forma, demonstra manifestações de suposta igualdade entre os gêneros, mas reforçadas por estereótipos, como o de que talvez o lugar da mulher não seja na vida pública ou, se assim for, que seja em condições específicas, e não “por ser mulher”. Este discurso pode ser considerado híbrido, tendo em vista que apresenta uma perspectiva não restritiva entre os gêneros e a condicionalidade apresentada não é claramente sexista. No entanto, como defende Biroli (2010) a ausência de uma discriminação explícita não confirma a paridade de gêneros em termos de visibilidade das notícias. De modo semelhante, as manifestações dos/as estudantes, mesmo que aparentemente igualitárias, não garantem que seus pensamentos e atitudes também o sejam.

Pergunta 5: Se você fosse companheiro/a de um/a presidente/a do Brasil, que espaços e que papel gostaria de assumir diante da população?

Por fim, a última questão perguntava: “Se você fosse companheiro/a de um/a presidente/a do Brasil, que espaços e que papel gostaria de assumir diante da população?”. Quatro pessoas não opinaram sobre esse tema e ao menos dez estudantes mencionaram que,

ocupando este espaço gostariam de fazer algo na área social ou que trouxesse benefícios para a população, como: “ajudar as pessoas”, “(...) a sociedade”, “(...) a população”, “defender os direitos da população”, “melhorar a vida de quem vive nele”.

Na sequência, o grupo se dividiu entre aqueles\aquelas que se preocupariam em ter uma imagem positiva frente à população, como sendo “um exemplo” ou “uma mulher querida, amada, respeitada pelo povo”; e quem, ao contrário, optaria em não assumir nenhum papel nesta condição: “Espaço de cônjuge, apenas. Não devemos misturar o pessoal com movimentos políticos ou ‘ocupar um papel de primeira-dama’”, “Nenhum [espaço], sou apenas o marido da ‘presidenta’ provavelmente nada que acontece comigo vai interferir na política do país”, “Não queria arrumar nada porque a mídia ia dizer que eu estou usando o poder dela, ia ser o que sou, só ia acompanhar ela no comício que ela me convidasse”, “Só auxiliar ela, porque ela que terá o papel mais importante”.

Houve ainda, em menor número, quem dissesse que gostaria de assumir também um papel importante, como o de “vice-presidente”, isto é, “Algum cargo importante além de companheiro” ou um “papel importante que ajudasse o\ a presidente”, não sendo “apenas a mulher do presidente”.

Esta questão apresentou uma grande diversidade de respostas e posicionamentos. Alguns deles demonstram o “não querer se relacionar com política”, podendo estar associado ao suposto desinteresse dos\as jovens, mencionado anteriormente. No entanto, um grupo significativo argumentou que gostaria de usar este espaço para algo positivo e produtivo para a população, o que poderia, inclusive, contrapor à ideia de que estas questões não são atraentes para a juventude, ou sugerindo que ela estaria buscando outros espaços de representação.

Finalmente, esta pergunta procurou provocar o\ a estudante a se colocar em um outro papel, a partir das discussões realizadas. Diferente das demais questões, esta teve o intuito de ser um estímulo para o exercício de alteridade, importante para o desenvolvimento do senso crítico dos\as alunos\as. Como Bridi (2009) salienta, há outras dimensões, além das habilidades cognitivas, que deveriam ser desenvolvidas nos espaços educacionais. Entre elas, estão as:

(...) dimensões sociais e afetivas, como capacidade de socializar e compartilhar o conhecimento com os colegas e professores; inserção na realidade e sua leitura crítica; desenvolvimento da alteridade e discernimento ético e moral. De certo modo, a participação do aluno é estímulo para a construção ativa e interativa do conhecimento, daí ser fundamental a utilização de estratégias que o envolvam e o levem a posicionar-se pessoal e coletivamente.

(Bridi, 2009, p.132)

Deste modo, buscou-se, nas oficinas realizadas, estimular debates de temas relacionados a gênero e política, como uma forma de construção de aprendizagem e de envolvimento dos/as alunos/as, buscando, por fim, o respeito à diversidade.

3. Considerações Finais

Este Trabalho de Conclusão de Licenciatura buscou trazer elementos para dar subsídio a reflexões acerca de como os/as jovens têm percebido a representação de mulheres públicas na esfera da Presidência da República. Para além disso, buscou-se a abordagem de temas de gênero e sexualidade nas escolas, através de dados empíricos coletados nas experiências de estágio docente e, especialmente, de oficinas, ministradas em uma escola estadual de ensino médio de Porto Alegre.

O cenário atual sobre gênero e educação, abordado no Capítulo 1, traz algumas considerações sobre a “virada” em termos do olhar acerca dos temas de gênero e sexualidade na educação. Até um determinado momento, estas questões estavam sendo repassadas como responsabilidades escolares, no sentido de “educação para a sexualidade”, prevenção de DSTs e gravidez na adolescência, em uma acepção talvez muito estrita e medicalizada, com uma visão limitadora sobre estes temas, como defende Britzman (2010). Na medida em que estes assuntos passaram a ser compreendidos como vinculados a identidades, direitos humanos, em uma perspectiva relacional, sociocultural e de construção social, parece ter surgido também uma reação conservadora com o intuito de barrar estas discussões dos currículos escolares, alegando ser de caráter político-ideológico, e que tais temas deveriam ser de abordagem exclusivamente familiar e não mais escolar. Criou-se um embate, onde as questões de gênero se tornaram mais centrais e visíveis, adentrando campos de disputas políticas.

Percebe-se, nas últimas décadas, um aumento de mulheres em diversas esferas públicas e ocupando cargos de poder. O relatório CEDAW de 2012 destaca o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho e seguindo carreira no Judiciário, além da eleição da primeira Presidenta da República mulher e a nomeação de 10 mulheres ministras no Governo Dilma de 2011 (CEDAW/C/BRA/7, 2012). No entanto, estas conquistas femininas nos espaços tradicionalmente masculinos têm sido freadas, como se viu com o afastamento da Presidenta, que culminou em um processo de *impeachment*, em 2016; a nomeação de um ministério exclusivamente de homens – inédito desde o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) - quando Michel Temer assumiu a presidência; além da exclusão do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Ainda que possa haver diversos entraves e justificativas para tais acontecimentos, estes são alguns exemplos de fatos

recentes que mostram um retrocesso em termos de conquistas das mulheres em âmbito político e uma possível resistência frente à disseminação de mulheres ocupando espaços de poder.

As experiências com os/as jovens, especialmente nas oficinas sobre as representações da mulher nos espaços públicos, trouxeram algumas evidências. Entre elas, foi possível destacar a participação dos/as adolescentes nas oficinas e nas aulas, através de contribuições verbais e escritas (no questionário). Aparentemente um tema pouco convidativo foi despertando o interesse dos/as estudantes, transformando silêncios e tímidas intervenções em grandes manifestações, argumentos e debates que exigiram manejos na mediação e readequação da proposta original, mas ao mesmo tempo, forneceram um universo de informações da qual tornou-se impraticável retratar como um todo sem fazer recortes.

Assim como as experiências de estágio docente também mostraram, os/as jovens estão interessados/as em discutir assuntos atuais de gênero e sexualidade, em realizar debates, mesmo estes sendo considerados “polêmicos” e suas opiniões serem divergentes. Estes temas estão “na ordem do dia” e no cotidiano destes/as adolescentes. Como apresentado, ainda que possa haver um desinteresse pelas eleições, por exemplo, como apontado por pesquisas ou pelas respostas dos/as alunos/as, isso não significa que estes/as não estejam dispostos/as a se envolverem em debates sobre temas contemporâneos e que estão ao seu alcance, demonstrando outras formas de participação política e de busca de informações. Se há um sentimento de falta de representatividade, a escola não poderia ser o espaço para relacionar temas cotidianos e política, buscando um local de formação e do exercício para a cidadania?

O formato das oficinas – bem como a elaboração das aulas ministradas nos estágios docente – foi elaborado na busca pela lógica da “educação problematizadora” (Freire, 1987), com uma perspectiva que pressupõe haver uma interação entre educador/a e educandos/as, em um processo dialógico de troca de informações. Freire inspira a pensar na função do/a educador/a problematizador, que tira as pessoas de sua zona de conforto para a construção do saber, isto é, o/a estudante aprende quando é desafiado/a a recriar ou refazer o ensinamento (Freire, 2001).

Estas motivações teóricas remetem à descrição das oficinas, com destaque especial para a discussão mais fervorosa ocorrida em relação à imagem dos adesivos de Dilma Rousseff. A gravura, com uma explícita conotação sexual, apresentava a ex-presidenta posicionada de pernas abertas no orifício destinado à introdução da bomba de combustível no tanque dos automóveis. O adesivo causou repercussão entre os/as estudantes e professores/as,

causando espanto e incômodo. A imagem de uma mulher pública, idosa, fora dos padrões estéticos de beleza, em uma situação que sugere violência sexual causou impacto e reações tensas e aborrecidas, trazendo para a discussão diversas expressões de seus posicionamentos, vivências e de suas reflexões. Além disso, somou-se ao debate centrado em gênero e política, temas e ideias sobre liberdade, respeito, representações, corpo, partidarismo, sexualidade, violência, feminismo, ampliando o campo de problematizações.

Ainda neste contexto, foi possível constatar que alguns meninos não demonstraram compreensão que as imagens dos adesivos remetiam à violência sexual, e deslocaram a discussão para temas voltados a formas de expressão ou ao questionamento acerca do posicionamento político partidário que supostamente haveria nesta crítica. Por outro lado, as meninas que se manifestaram sobre este fato trouxeram discursos articulados e fundamentados, que mostravam suas concepções e ideias relativas à desigualdade de gênero, em um movimento de reagir, tanto à imagem – considerada uma afronta – quanto aos meninos que apresentaram uma visão diferente.

Outro ponto de destaque em relação às oficinas, foi a clareza que os/as estudantes tiveram em relação ao posicionamento da mídia sobre as três mulheres apresentadas. Nos questionários foi notório a percepção dos/as alunos/as sobre o foco e publicidade trazida acerca da estética da atual primeira-dama e da ideia de que este papel está associado à sujeição ao homem em cargo de poder. Além disso, após as discussões, fez-se distintas as representações das três mulheres e o reconhecimento diferente para cada uma delas, atrelado às suas trajetórias.

As oficinas foram uma possibilidade de proximidade com os/as alunos/as, em um método que permitiu acessar compreensões e entendimentos elaborados por eles/as sobre realidade social, especialmente em termos de gênero e política no campo da educação. Buscou-se, portanto, uma sociologia capaz de dialogar com os/as estudantes, de maneira a compreender suas realidades, respeitando as especificidades, pois como aponta Leão (2011), não se deve pressupor uma visão homogênea da juventude, uma vez que esta é também uma construção histórica e social. Esta sociologia – proposta através do estímulo à participação oral e escrita – assume uma postura dialógica e de desenvolvimento do senso crítico, buscando a compreensão da diversidade e do respeito mútuo, na contribuição da redução das desigualdades sociais.

Tendo em vista este cenário contemporâneo acerca das relações de gênero, política e educação algumas problematizações para reflexão emergiram neste contexto. Pode-se indagar:

por que gênero ganhou esta centralidade política neste momento? Que atores sociais estão nesta disputa? Que elementos foram importantes para o desencadeamento destas ações e reações? Que papel a escola tem assumido neste embate? Onde e como os/as jovens têm buscado participação e representatividade em sua diversidade? O que mudou nos últimos anos: a educação, a política, as mulheres, os/as jovens?

As considerações finais deste Trabalho de Conclusão de Licenciatura reportam-se mais a questionamentos que a respostas conclusivas. Tais reflexões foram sendo elaboradas e reelaboradas ao longo da formação em licenciatura em Ciências Sociais, especialmente nas experiências com estudantes do ensino médio (estágios e oficinas) na abordagem de temas de gênero. Esta trajetória mostrou a diversidade de relações que podem ser traçadas e de possibilidades que podem ser construídas e desconstruídas em um contexto político dinâmico e interativo no que tange às questões de gênero na educação. Dentre as incertezas apresentadas, destaca-se a certeza da necessidade de abordar estes temas na escola e de explorar possibilidades para maiores reflexões, permitir reforçar o espaço educativo como local para o desenvolvimento do senso crítico, a formação da cidadania e o combate às desigualdades.

Referências Bibliográficas

BIROLI, F. **Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política.** In Revista Critica de Ciências Sociais, 90, 2010

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília: SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília: Semtec, 1999.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2006/** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRIDI, M. A. **Ensinar e Aprender Sociologia no ensino médio.** São Paulo: Contexto, 2009.

BRITZMAN, D. **Curiosidade, sexualidade e currículo.** In LOURO, Guacira Lopes (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

CEDAW. **Observaciones finales sobre el séptimo informe periódico de Brasil, adoptadas por el Comité en su 51º período de sesiones** (13 de febrero a 2 de marzo de 2012) (CEDAW/C/BRA/7), 17 de febrero de 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIZZO, B.; FELIPE, J. **Gênero e sexualidade em políticas contemporâneas: entrelaces com a educação.** Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 2, p. 475-490, maio/ago. 2016.

JARDIM, R. T.; TUSSI. **Trabalhando Gênero e os Direitos das mulheres em sala de aula.** In.: MEIRELLES. M. et al.(Org.) Ensino de Sociologia: Diversidade, Minorias, Intolerância e Discriminação social. UFRGS, 2013.

LEÃO, G. **Entre sonhos e projetos de jovens, a escola.** In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (orgs.). *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades.* Belo Horizonte: Editora da PUCMINAS, 2011.

LOURO, G. L. **A construção escolar das diferenças.** In: _____. *Gênero, sexualidade e educação.* Porto Alegre: Ed. Vozes, 1998.

PRÁ, J. **Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo.** *Cadernos Pagu* (43), julho-dezembro de 2014:169-196.

SEFFNER, F.; SILVA; R. A. **A norma é pra cumprir ou pra transgredir? O complicado equilíbrio das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar.** In CAREGNATO, C. E.; BOMBASSARO, L. C. (Orgs) *Diversidade Cultural: Viver as Diferenças e Enfrentar Desigualdades na Educação.* Erechim: Novello & Carbonelli, 2013a.

SEFFNER, F.; SILVA; R. A. **Cenas, intervenção nas cenas e encenação: malabarismos na educação em gênero e sexualidade nas escolas.** In *Curso de Especialização Educação para Diversidade*, 2013b.

SILVA, R. A.; RIBEIRO, F. B. **Façamos “justiça” às mulheres de famílias excêntricas a aos gays da faixa de Gaza.** In *O público e o privado*, n. 19; jan/jun 2012.

TELLES, H. D.; DIAS, M. **Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens em Belo Horizonte.** *Revista do Legislativo*, 82-103, 2010.

ANEXO: Questionário**A representação do feminino no cenário político brasileiro contemporâneo:
Mulheres e a Presidência da República**

Idade:

Sexo/gênero:

Série:

Possui título de eleitor? () SIM () NÃO

Votou nas últimas eleições (2016)? () SIM () NÃO

Havendo eleições presidenciais em 2018, você pretende votar? () SIM () NÃO

Você participou do grupo relativo a qual das três mulheres mencionadas? _____

A partir das discussões realizadas na oficina, responda (pode utilizar o verso da folha, se precisar):

1) Sobre cada uma das três mulheres abordadas na oficina, que destaques (coisas importantes) você poderia trazer sobre elas?

2) Você consegue dizer como a grande mídia e o senso comum representam cada uma delas?

3) Sobre essas representações da mídia, você acha que retrata bem quem elas são? Justifique.

4) Na sua opinião, quais espaços a mulher deve ocupar na política e qual seu papel?

5) Se você fosse companheiro/a de um/a presidente/a do Brasil, que espaços e que papel gostaria de assumir diante da população?